

DEMOCRATIZAÇÃO OU MASSIFICAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM SISTEMA EDUCACIONAL PUNITIVISTA E EXCLUDENTE DAS CLASSES POPULARES¹

Maria da Penha Silva Gomes²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o tema da democratização da educação às classes populares no Brasil. Nos elementos do debate conjecturaremos se, de fato, nos últimos noventa anos aconteceu a democratização ou massificação da educação? Para os levantamentos pesquisou-se nas produções acadêmicas e fontes secundárias de órgãos oficiais e instituições educacionais que dispõem os resultados do Censo Escolar da Educação Básica. As pesquisas balizares da academia registraram os adventos que contribuíram à universalização do ensino nas etapas do ensino fundamental e médio da Educação Básica, além disso os limites para a aprendizagem dos estudantes das escolas públicas. O Estado brasileiro foi obrigado a atender a demanda nas matrículas em diferentes níveis de ensino criando um modelo único de escola que substituiu os diferentes tipos de ensino médio (BEISIEGEL, 1986). A universalização aos estudantes do ensino fundamental e médio que resultaram na superação da histórica exclusão social (OLIVERIA, 2007). Dentre as pesquisas sobre educação, a proeminência sobre o fracasso escolar focalizada na análise da relação entre a reprovação, o abandono escolar com a origem racial do estudante (LOUZANO, 2013). Atualmente, as classes populares têm acesso ao Ensino Fundamental, todavia, o ciclo das reprovações, abandono escolar e distorção de idade-série faz parte da trajetória de vida de parte expressiva dos estudantes das escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Educação Básica, Democratização, Abandono Escolar, Distorção idade-série, Classes populares.

¹ "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

² ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8674-7456/>

penha.gomes@ufabc.edu.br

Fundação Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, SP, Brasil

DEMOCRATIZATION OR MASSIFICATION OF ACCESS TO EDUCATION IN BRAZIL: A PUNITIVE EDUCATIONAL SYSTEM THAT EXCLUDES THE LOWER CLASSES

ABSTRACT

The aim of this paper is to present a reflection on the democratization of working-class education in Brazil. The elements of the debate will allow us to conjecture whether, in fact, the last 90 years have seen the democratization or the massification of education. The research was based on academic work and secondary sources from official bodies and educational institutions that provide the results of the Basic Education School Census. Academic research has recorded the developments that have contributed to the universalization of education in the primary and secondary stages of basic education, as well as the limits of student learning in public schools. The Brazilian state was forced to respond to the demand for enrollment at different levels of education by creating a single school model that replaced the different types of secondary education (BEISIEGEL, 1986). The universalization of primary and secondary education led to the overcoming of historical social exclusion (Oliveira, 2007). Among the research on education, the importance of school failure has focused on the analysis of the relationship between failure, dropping out of school, and the racial origin of students (LOUZANO, 2013). The lower classes currently have access to primary education, but the cycle of failure, dropping out, and age-grade distortion is part of the life trajectory of a significant proportion of students in Brazilian public schools.

Keywords: Basic Education, Democratization, School dropout, Age-grade distortion, Working classes.

1. INTRODUÇÃO

As Políticas Educacionais do Brasil Contemporâneo refletem o conjunto de decisões e ações políticas dos últimos noventa anos, que se desenrolou com a lide pela democratização e oportunidades de acesso e a universalização da educação. Este trabalho tem como objetivo contribuir para o debate sobre o acesso educacional às

camadas populares, para tanto, conjecturamos se houve a “Democratização ou massificação” da educação? Para isso, delimitamos o período de 2012-2022 e focalizamos a etapa do ensino fundamental (anos iniciais e finais) da Educação Básica.

O estudo tem como justificativa trazer ao debate a universalização do Ensino Fundamental no País, pelo que nos anos 2000, ocorreu o ineditismo de quase universalização dessa etapa da Educação Básica, a taxa líquida de escolarização da população de 7 a 14 anos chegou à 96% (OLIVEIRA, 2007; MONT'ALVÃO, 2011). Em 2022, passadas duas décadas, registrou-se 26.452.228 matrículas – majoritariamente a população parda, com mais de 108 mil matrículas; sendo predominante as escolas localizadas em áreas urbanas.

Imagem 1 - Universalização da Educação



Fonte: Free Pick

Todavia, as taxas de abandono escolar e de distorção de idade-série são acentuadas nessa etapa da Educação Básica. No período de 2012-2022, o país registrou a taxa de abandono decresceu de 2,7 para 1,1. A distorção idade-série reduziu de 22 para 12,3 no Ensino Fundamental, segundo os Gráfico 3 e Gráfico 4, adiante. Em números absolutos, somente em 2022, são 280.267 crianças que abandonaram, e entre aquelas que permaneceram 12,3% estão com atraso escolar em média de 2 anos, chegando à pouco mais de 20% no 8º ano e 9º ano. As reprovações adensam o debate, em 2022, 1.179.550 estudantes foram retidos no Ensino Fundamental. Os dados atualizam os apontamentos de Oliveira (2007) acerca da qualidade no ensino fundamental sobre a histórica da exclusão em decorrência do abandono, reprovação e distorção idade-série. Notadamente, embora em menor proporção, permanece pouco visível aos decisores das políticas públicas e no cotidiano escolar. Louzano (2013) analisou o fracasso escolar que abandono, fenômeno que compreende o baixo rendimento escolar caracterizado pela reprovação, abandono e evasão escolar, que constituem barreiras ao término do ensino fundamental. Somadas às precárias distribuições das oportunidades educacionais, o fracasso escolar afeta de forma diferente os estudantes, do ponto de vista econômico, social e segundo sua cor-raça. Ainda que tenha aumentado o acesso de negros (pretos e pardos, total de 118.556.316, em 2022), superando os números de estudantes brancos (total de 95.814.486, em 2022), as oportunidades educacionais não são as mesmas, posto que, em termos de defasagem de aprendizagem os negros superam os brancos (LOUZANO, 2013). Nesse contexto, diante da perpetuação da exclusão escolar transcendente ao século XXI, é imprescindível a contestação com vistas a ampliarmos sobre a universalização, cujas vísceras embrenham-se diferentes e perversas práticas de exclusão escolar que comprometem a democratização da educação às classes populares aludidas há quase noventa anos.

Entre os anos de 1930 e início dos anos de 1970, o aumento das matrículas nos vários níveis de ensino, principalmente os destinados à formação comum dos habitantes e a criação de um modelo único de escola que substituiu os diferentes tipos de ensino

médio que atendiam diferentes públicos, compeliu o Estado brasileiro a criar unidades escolares e as condições para o acesso e a permanência dos estudantes (BEISIEGEL, 1986). No período de 1975 e 2002, (OLIVERIA, 2007) aponta em sua análise a universalização aos estudantes no ensino fundamental e médio. Segundo Oliveira, o processo da democratização e a universalização da educação resultaram na superação da histórica exclusão social. Esse fato tornou possível apontar novas contradições e demandas do processo, e a identificar qual era a centralidade e a natureza exclusão educacional. A partir da perspectiva da universalização, a academia, as instituições de governo e as agências internacionais realizaram diferentes estudos sobre a exclusão educacional. Entre as produções, trazemos à luz alguns dos resultados da pesquisa realizada por Louzano (2013) sobre os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que a partir dos dados de 2001 e 2011, analisou a relação entre fracasso escolar, medido pela reprovação e abandono com a origem racial do estudante, medindo a diferença na probabilidade de que os alunos de distintos grupos raciais têm de fracassar na escola. Os trabalhos citados evidenciam as barreiras assentadas às camadas populares para o acesso à educação relacionadas ao acesso, modalidade de ensino e prática pedagógica. Na maior parte do século XX, as dificuldades compreenderam a ausência de escolas, as opções de ensino e o elevado número de adultos não alfabetizados (BEISIEGEL, 1986). Entre os anos 1970, até final dos anos 1990, ocorreu a universalização da educação, principalmente a do ensino fundamental (anos iniciais e anos finais). Após, a problemática passa a ser a entrada tardia e as múltiplas reprovações dos estudantes (OLIVERIA, 2007) juntamente com origem racial do aluno (LOUZANO, 2013).

2. METODOLOGIA

O processo metodológico compreendeu o debate e a acepção do tema em colóquios do componente curricular Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo no Programa de Políticas Públicas da UFABC, no último quadrimestre de 2023. Após,

produziu-se um resumo expandido para a avaliativa amparando-se em pesquisas acadêmicas, fontes secundárias de órgãos oficiais e instituições educacionais. Para a literatura acadêmica foram consultados os sites do SciELO, Google Scholar e Capes Periódicos. As Taxas de Abandono e de Distorção de idade-série, oriundas do Censo Escolar da Educação Básica (2012-2022), cujos dados³ foram obtidos nos sites do QEdu e no Observatório da Criança da Fundação Abrinq, ambas instituições trabalham com os resultados do Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para a sistematização e produção de tabelas e gráficos utilizou-se o Excel para subsidiar a análise do tema à luz da literatura acadêmica e taxas citadas. Além disso, buscamos inspiração no desenho dos dados debatidos pelos autores citados e, apresentamos os gráficos e tabelas com os dados da situação escolar dos educandos, da matrícula cor/raça, taxa de abandono, da taxa de distorção idade-série, conforme o texto a seguir.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados a seguir buscam a reflexão sobre se ocorreu a “Democratização ou massificação” da educação no país por que a população escolar deixa de acessar o ensino-aprendizagem? Seja por não conseguir entrar ou por não conseguir sair da escola com a conclusão das etapas de ensino. Além disso, a literatura recomenda remete à urgência para expandirmos as pesquisas sobre a cilada da democratização da educação, sobretudo na etapa do ensino fundamental, focando como as práticas de reprovação, abandono, discriminação racial e diferença de gênero se relacionam com o abandono escolar no ensino fundamental nas primeiras décadas do século XXI? Se universalizou por que permanece a prática de reprovação e abandono nas escolas públicas? No ano de 2022, dos 21.858.585 estudantes das escolas públicas, somados as matrículas dos anos

³ As informações do Censo Escolar foram sistematizadas em relatório, gráficos, tabelas e as bases dos dados constam disponíveis ao público pelas respectivas instituições.

iniciais e finais do ensino fundamental, 1.179.550 (5,4%) estudantes foram reprovados e 280.267 (1,28%) abandonaram a escola, segundo o Inep.

3.1 Dados da administrativos do Censo Escolar da Educação Básica (2012-2022)

Os dados apresentados reportagem ao decênio de 2012-2022, inspirando-se no fato dos autores citados terem trabalhados com esse recorte temporal. O conjunto de dados foram organizados em tabelas e gráficos para melhor observação dos resultados, conforme discorreremos a seguir. Cabe pontuar que nos anos de 2020 e 2021, foram considerados atípicos em razão da pandemia do covid-19, bem como o descomprometimento do Poder Executivo da União para com a produção de dados e indicadores para subsidiar gestão das políticas públicas do país. Portanto, os dados apresentados não são robustos à leitura e análise das informações porque não refletem a realidade para os anos citados.

Na Tabela 1 apresentamos as Taxas de Rendimento escolar para o período de 2012-2022, com o número absoluto e porcentagem das reprovações, abandono, aprovação e total de matrículas. Observa-se que o número de matrículas das escolas públicas reduziu. No ano de 2012, registrou-se 25.434.766 e, 21.858.585 em 2022. Entre 2013 e 2016, a reprovação manteve-se em pouco mais de 9%, em 2018 cerca de 8% e 2019 registrou 7%. Os anos de 2020 e 2021, ocorreu o fato imponderável da pandemia do Covid-19, não obstante a condição do ensino remoto e/ou híbrido, nota-se que as reprovações foram sustentadas, um total de 661.183 estudantes foram reprovados. No ano de 2022, a sistemática das reprovações retorna ao número de 1.179.550 (5,4%) de estudantes. O Abandono escolar é bastante expressivo, no ano de 2012, 780.875 (3,1%) estudantes deixaram de frequentar a escola. Entre 2013 e 2016, o abandono registrado foi entre pouco mais de 641 mil e 508 mil estudantes, ou seja, pouco mais meio milhão de estudantes abandonaram os estudos. Os anos de 2017 e 2018, pouco mais de 400 mil estudantes deixaram a escola. Nos anos pandêmicos (2020

e 2021) um total de 512.889 estudantes abandonaram os estudos e, em 2022, somam-se 280.267 estudantes que largaram a escola. Em dez anos, embora o abandono escolar tenha reduzido de 3,1% para 1,3% e, a reprovação reduzida de 10,1 para 5,4%, esses acontecimentos não deixam de indicar que nas escolas brasileiras existem práticas pouco convidativas à permanência da criança para o ensino-aprendizagem na etapa do ensino fundamental.

Tabela 1 - Taxa de Rendimento, em número absoluto e porcentagem das matrículas de educandos do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais, em escolas públicas, Brasil, 2012-2022

Ano	Reprovação		Abandono		Aprovação		Total de Matrículas	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
2012	2.566.97				22.086.91		25.434.76	
	7	10,1	780.875	3,1	4	86,8	6	100,0
2013	2.322.84				21.729.86		24.694.44	
	5	9,4	641.730	2,6	5	88,0	0	100,0
2014	2.311.31				21.064.49		23.982.65	
	6	9,6	606.842	2,5	9	87,8	7	100,0
2015	2.149.56				20.680.71		23.360.93	
	0	9,2	530.658	2,3	6	88,5	4	100,0
2016	2.182.01				20.359.36		23.049.46	
	7	9,5	508.076	2,2	7	88,3	0	100,0



Ano	Reprovação		Abandono		Aprovação		Total de Matrículas	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
2017	1.914.25				20.384.74		22.742.25	
	1	8,4	443.261	1,9	6	89,6	8	100,0
2018	1.809.96				20.301.64		22.511.84	
	8	8,0	400.225	1,8	7	90,2	0	100,0
2019	1.544.06				20.372.50		22.206.62	
	5	7,0	290.051	1,3	8	91,7	4	100,0
2020					21.705.88		22.069.42	
	171.731	0,8	191.802	0,9	9	98,4	2	100,0
2021					21.290.53		22.101.07	
	489.452	2,2	321.087	1,5	4	96,3	3	100,0
2022	1.179.55				20.398.76		21.858.58	
	0	5,4	280.267	1,3	8	93,3	5	100,0

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, Inep. Extraído do site do QEdu.org. Elaborada pela autora.

Na Tabela 2 apresentamos o número das matrículas⁴ do Ensino Fundamental das escolas públicas e privadas, segundo cor/raça. Os estudantes da cor parda são majoritários em relação às todas cor/ raça declaradas, sendo que nos anos de 2014 e 2018 registrou-se pouco mais de 10 mil estudantes pardos. A cor/raça branca a segunda em número de matrículas, registrando-se pouco mais de 8 mil estudantes nos dez anos, exceto em 2020 que foram registradas cerca de 7.900 matrículas. A cor/raça preta é a

⁴ Os dados foram subtraídos do site do Observatório da Criança da Fundação Abrinq. A base de dados disponível não consta desagregada por instância administrativa.



terceira com maior número de matrículas, variando entre 700 e cerca de 900 mil matrículas nos anos de 2012 até 2016, nesse período registrou-se pouco mais de 900 matrículas e, nos anos pandêmicos mais de 700 mil matrículas. As matrículas de estudantes indígenas aumentaram, passando de 177.628 para 225.623, exceto em 2020, que foram registradas 165.856 matrículas. Por outro lado, a cor/raça amarela reduziu 66,9% o número de matrículas, passando de 124.610 para 83.406. O número de cor/raça não declarada é significativo, embora tenha reduzido de 10.259.180 para 7.016.102 estudantes, cabe um olhar apurado visto que o quesito cor/raça ser imprescindível para estudos, pesquisas e elaboração de políticas públicas.

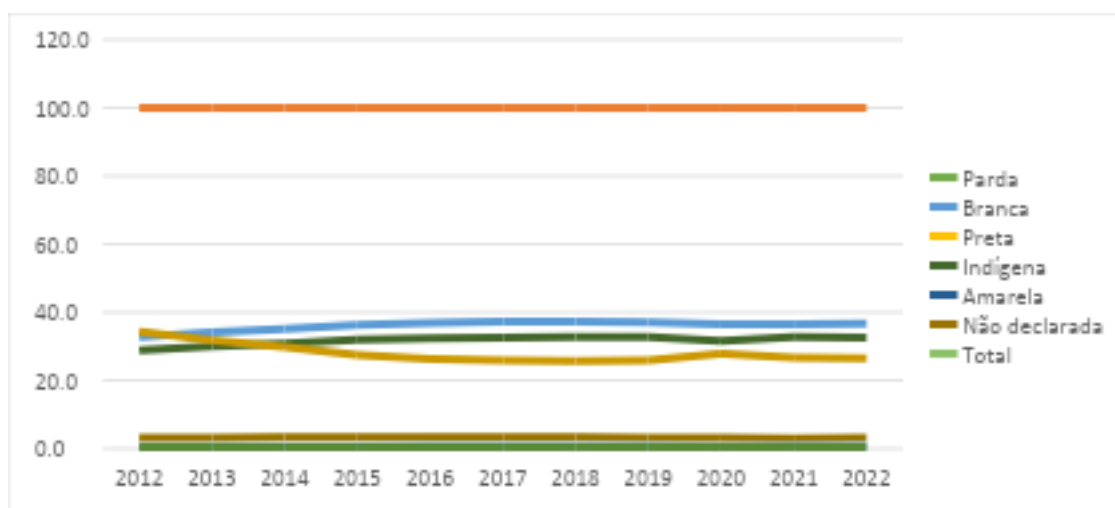
Tabela 2 - Número de matrículas no ensino fundamental (públicas e privadas)
segundo cor/raça, Brasil, 2012-2022

Ano	Parda	Branca	Preta	Indígena	Amarela	Não declarada	Total
2012	9.740.684	8.582.081	942.444	177.628	124.610	10.259.180	29.826.627
2013	9.940.250	8.731.595	935.228	187.980	116.876	9.275.673	29.187.602
2014	10.016.035	8.790.538	933.845	185.219	111.003	8.534.872	28.571.512
2015	10.149.186	8.903.786	920.826	194.093	104.871	7.658.448	27.931.210
2016	10.232.556	8.971.068	918.120	196.721	99.177	7.273.836	27.691.478
2017	10.166.255	8.918.772	896.237	198.292	92.926	7.075.598	27.348.080
2018	10.104.059	8.909.218	884.994	205.280	90.340	6.990.079	27.183.970
2019	9.982.514	8.825.378	873.461	209.383	86.341	6.946.653	26.923.730
2020	9.138.904	7.909.326	784.176	165.856	79.266	7.006.914	25.084.442
2021	9.691.296	8.660.434	790.439	216.391	82.123	7.074.918	26.515.601
2022	9.701.352	8.612.290	813.455	225.623	83.406	7.016.102	26.452.228
Total	108.863.09	95.814.48	9.693.22	2.162.466	1.070.93	85.112.273	302.716.48

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Extraído do Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq. Elaborada pela autora.

A representação dos estudantes pardos, brancos e não declarados está entre 20% e 40%, conforme o Gráfico 2 que representa a proporção dos números absolutos citados na Tabela 1. Se os não declarados fossem revelados, ou seja, captados de forma adequadas contribuiriam para melhor leitura, visto que os mais de sete milhões não declarados somam-se às possíveis limitações para elaboração das políticas públicas educacionais.

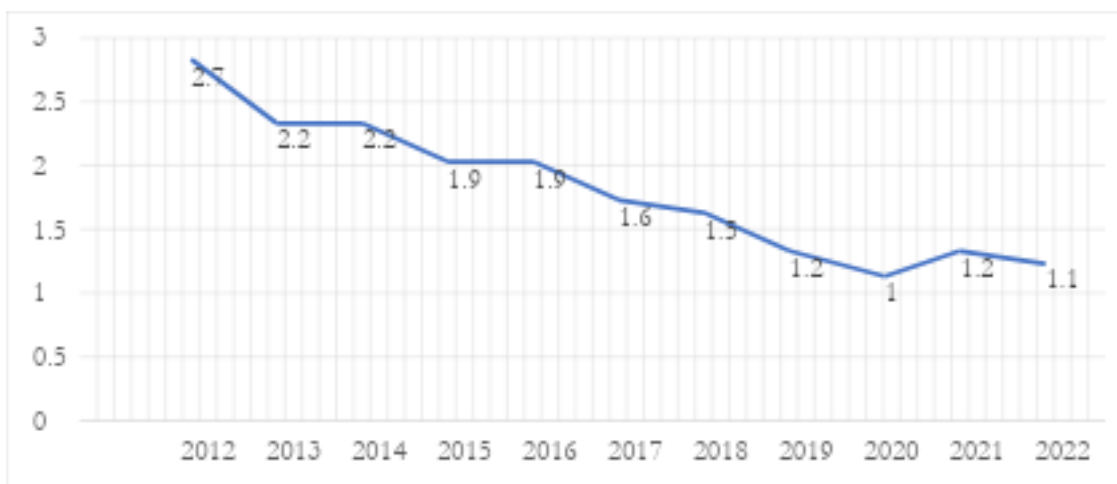
Gráfico 1 - Porcentagem de matrículas no Ensino Fundamental segundo cor/raça, Brasil, 2012-2022.



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Extraído Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq. Elaborada pela autora.

No decênio de 2012-2022, a taxa de abandono reduziu de 2,7 para 1,1. Entre os anos de 2013 e 2016, a taxa registrada foi de 2,2 e 1,9. As reduções significativas foram em torno de 0,3 nos anos de 2014-2015; 2016-2017 e 2018-2019.

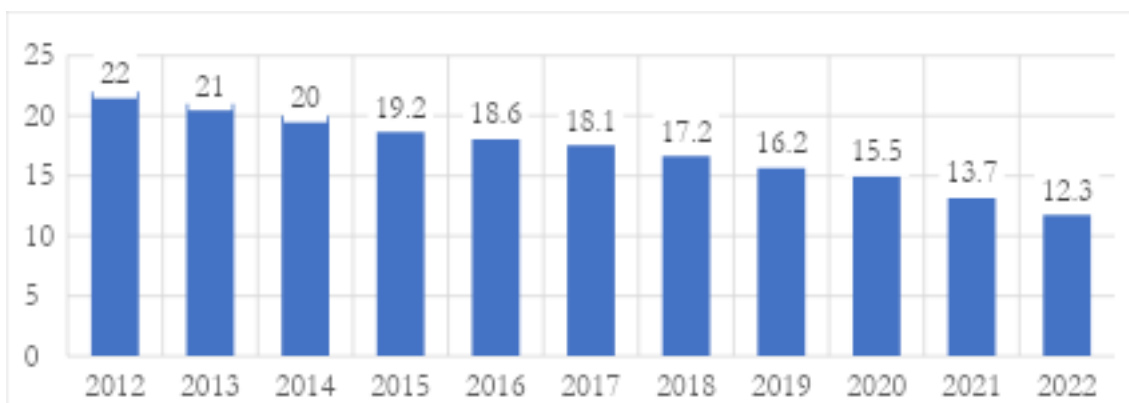
Gráfico 2 - Taxa de Abandono nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Brasil, 2012-2022



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, Inep. Extraído do Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq. Elaborada pela autora.

Apresentamos taxa de distorção idade-série no Gráfico 3, fenômeno subjacente ao abandono escolar. Observamos que houve uma redução de 22 para 12,3 no decênio. Entretanto, vale destacar que em dez anos, a redução foi gradual, registrando cerca de 1% no decorrer dos anos. As melhorias na distorção de idade-série apresentam-se enganchadas e, se considerado o período pandêmico, a realidade pode ser mais perniciososa do que os números registrados.

Gráfico 3 - Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental, Brasil, 2012-2022



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Extraído Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq. Elaborada pela autora.

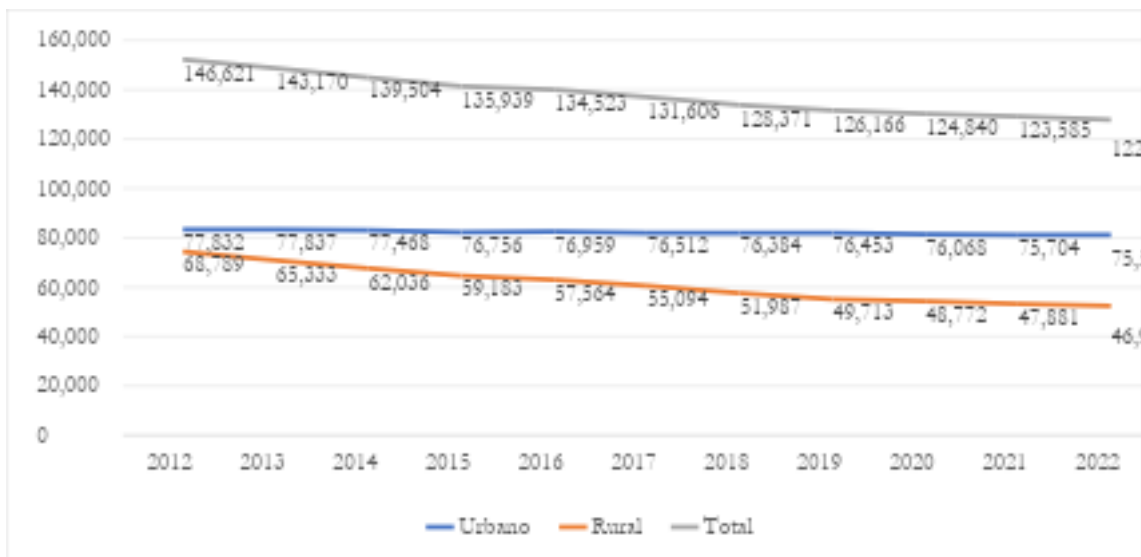
Segundo os dados disponíveis no site do QEdu sobre as taxas de distorção idade-série produzidas pelo Inep, em 2022, no Brasil, nas escolas públicas com ensino fundamental o percentual de distorção-série foi de 7,7%; com atenção para o 5º ano, cuja distorção foi de 14,1%, ou seja, a cada 100 crianças brasileira, aproximadamente 8 estavam com atraso escolar de dois anos ou mais, sendo que no 5º ano, pouco mais de 14 crianças estavam com o citado atraso. Segundo os parâmetros do Inep, esse resultado está na categoria  $\leq 15\%$, situação de alerta. Nos anos finais a distorção registrada foi de 21%, com atenção para o 8º ano e 9º ano, que registraram 22,3% e 22,4%, respectivamente. A cada 100 crianças dos anos finais, aproximadamente 21 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. Esse resultado está na categoria  $> 30\%$, situação de alerta máximo.

O total de estabelecimentos escolares (urbanos e rurais) apresentados no Gráfico 5 reduziu-se de 146.621 para 122.469, entre 2012-2022. Nota-se que o número de escolas rurais reduziu em 21.876 unidades. Enquanto as escolas urbanas reduziram em 2.276 escolas, conforme Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 - Número de estabelecimentos do Ensino Fundamental, Brasil



(urbana e rural), 2012-2022



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). Extraído Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq. Elaborada pela autora.

3.2 Considerações

Apresentamos informações sobre a etapa do ensino fundamental da Educação Básica à reflexão se houve a “Democratização ou massificação” da educação? E se sim, por que a população escolar deixa de acessar o ensino-aprendizagem? A respeito do propósito, temos a pontuar que no Brasil durante o decênio, 2012-2022, as escolas públicas computaram um total de 254.012.059 matrículas na etapa do ensino fundamental, uma média de 25.401.205,9 crianças para cada ano. As reprovações somam-se 18.641.732 (7,33% das matrículas), com a média de 1.864.173 estudantes reprovados. No abandono escolar registrou-se 4.994.874 (1,96% das matrículas) estudantes, a média anual foi de 499.487 crianças que deixaram de frequentar as escolas. Em dez anos a taxa de abandono reduziu a 1,1% (Inep, 2022).



Os grupos sociais por cor/raça foram inseridos nas matrículas das escolas públicas e particulares, excluindo-se os não declarados, a média anual de 21.760.420,7 estudantes, segundo cor/raça. Ao longo dos dez anos, as matrículas dos estudantes da cor/raça parda foram majoritárias, com uma média anual de 10.886.309,1 -, sendo que entre os anos de 2014 e 2018, o número superou dez milhões de estudantes pardos. Os estudantes da cor/raça preta, representam o terceiro grupo, a média anual foi 21.760.420,7. Somados o número de estudantes pardos e pretos, teremos o grupo étnico racial da população negra (pretos e pardos), um total de 118.556.316 com a média anual de 11.855.631,6 estudantes negros. Numericamente o grupo social da cor/raça branca é o terceiro em representatividade nas matrículas. A média anual foi de 9.581.448,6 estudantes, exceto em 2020, nos demais anos o número de matrículas esteve em torno de oito milhões. Os indígenas é o quarto grupo social em representatividade, uma média anual de 216.246,6 estudantes, exceto o ano de 2020, as matrículas aumentaram em 47.995 (27%) estudantes ao longo do decênio. O quinto grupo social é o da cor/raça amarela, com uma média de 107.093,9 matrículas anuais, em dez anos, as matrículas reduziram em 41.204 (33%). Na opção “não declarada” registrou-se 85.112.273 (28,11% das matrículas). A falta de informação sobre esse número impõe limites aos estudos acadêmicos, análises situacionais e melhores desenhos de políticas públicas. Ademais, não é possível remeter inferências sobre o quesito cor/raça para quaisquer um dos grupos sociais, visto que a identificação cor/raça deve ser autodeclarada. O que se observou foi que o número reduziu em 3.243.078 (31,6%) no decênio, principalmente nos anos de 2017 e 2018, cujo total registrado foi acima de seis milhões de estudantes. Por outro lado, esse obscurantismo abre oportunidades para os estudos étnicos raciais, sobre a popularização e valorização da cultura afrobrasileira e indígena e no acolhimento e orientação dos profissionais quanto ao quesito cor/raça nas matrículas das escolas públicas e privadas. Igualmente relevante, é buscar compreender a dinâmica demográfica da cor/raça amarela, cuja redução das matrículas foi bastante significativa.

A distorção idade-série no ensino fundamental nos lembra os comerciais de uma famosa marca de biscoito, dadas as proporções, com a atrocidade devido à punição por

meio da reprovação dos estudantes, temos o seguinte: “repete poque não aprende, não aprende porque repete”? Nos anos iniciais a cada 100 crianças, oito delas estão com atraso escolar de 2 anos ou mais. O trocadilho da vida-escolar como ela é, começa no 5º ano, onde a cada 100 estudantes, 14 estão com o mesmo atraso e, segue nos anos finais, que a cada 100 estudante 21 estão no grupo dos atrasados.

Considerando os altos índices de reprovação, do abandono escolar e da distorção de idade-série, cabe refletirmos o quanto a “democratização” da educação está afeita ao aprendizado das classes populares, porque na etapa inicial o estudante é reprovado ou abandona somando-se ao fato que uma expressiva quantidade de estudantes que permanecem nas escolas estão atrasado com o ensino-aprendizagem. É possível pensarmos se o que ocorreu foi uma “massificação” da educação, porque o sistema educacional foi “forçado” a abrir-se às classes populares devido às mudanças e conjunturas socioeconômicas ocorridas no país. Tem-se escolas, cuja lógica da aprendizagem foi para determinado público, esse alfabetizado e letrado socioculturalmente em diferentes saberes e culturas, cabendo aos sujeitos populares adaptarem-se aos esses métodos e regras para aprender. Contudo, esses sujeitos não dominam os signos e a cultura da lógica estabelecida, sendo-lhe totalmente estranho no mais das vezes e, ainda que venha sabê-los, estará em atraso, seja no “score” educacional, seja no desenvolvimento da sua aprendizagem.

4. CONCLUSÃO

Concluímos que, no Brasil, a educação foi massificada e desenvolveu um sistema educacional repressivo e distante do democrático, visto que as classes populares acessaram as unidades escolares nos últimos noventa anos. Porém, há limites para que parte expressiva dos estudantes do ensino fundamental permaneçam e concluam a etapa do ensino fundamental da Educação Básica. Supostamente, no processo de ensino-aprendizagem há práticas no ambiente escolar que dificultam ou impedem o desenvolvimento dos estudantes, porque estabeleceu-se o ciclo de “reprovação,

abandono e distorção de idade-série”. O número de reprovações é maior que o do abandono escolar, igualmente as crianças que estão atrasadas em dois anos ou mais. Considerando que o ciclo começa nos anos iniciais, o sistema educacional tem caráter repressivo e não educativo porque não é oferecido oportunidades adequadas para quem está na escola para aprender e, cobrar o que o sujeito nunca teve contato e/ou aprendido numa situação de aprendizagem é “roubar” no jogo, porque o estudante não teve acesso à determinadas ferramentas, apoio ou suportes cognitivos.

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, C. R. (1986). **Educação e Sociedade no Brasil após 1930**. (8) 381-416.

BRASIL. BRASIL. Censo Escolar da Educação Básica. Instituto Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Observatório da Criança e do Adolescente**. Disponível em <<https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia> Consulta em 20/01/2024>.

LOUZANO, Paula. **Fracasso escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos raciais**. *Cadernos Cenpec* | Nova série, [S.l.], v. 3, n. 1, dec. 2013.

MONT'ALVÃO, A. **Estratificação educacional no Brasil do século XXI**. Dados, v. 54, n. 2, p. 389–430, 2011.

OLIVEIRA, R. P. (2007). **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. 661-690.

QEdU.Org. **Dados Educacionais**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/>> Consulta em 18/01/2024